

LETRAMENTO EM NARRADORES DE JAVÉ: QUESTÕES PROPOSTAS AO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Francyellem Sousa Machado Carneiro¹
Guilherme Aynerson Araújo Brito²
Shenna Luíssa Motta Rocha³

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica que propõe uma análise didática do filme “Narradores de Javé” (2004), dirigido por Eliane Caffé, com finalidade de aplicação futura em turmas do ensino médio. Assim, propõe-se a abordagem de questões de letramento no ensino de Língua Portuguesa a partir da exibição, leitura e discussão da obra cinematográfica. Questões como, por exemplo, a valorização da escrita, seu papel social e cultural, a variação linguística nos aspectos: geográficos e sociais. E, ainda, a desvalorização de algumas formas de letramento em detrimento de outras. Esses pontos se fazem pertinentes na medida em que, conscientes de que as diversas formas de expressão em uma língua revelam sua riqueza, seus falantes podem construir uma identidade respaldada na autovalorização de suas variantes e no respeito à diversidade linguística, colaborando, assim, para a diminuição do preconceito linguístico, uma vez que a maioria das escolas prioriza o ensino da gramática em uma perspectiva normativa e prescritiva, deixando de lado o caráter variável do português. Acreditamos que inserir a discussão proposta no filme agregará condições para que o aluno compreenda sua própria forma de falar e se expressar, bem como a do meio social no qual está inserido. Além de fazê-los reconhecer outras tantas formas de letramento e conhecimento, não validando somente uma como, por exemplo, o saber científico, acadêmico. Também se espera incitar o debate sobre a relação de domínio das habilidades de escrita e de fala, pois é importante a consciência da variação linguística, da elitização da escrita no Brasil e de como a variante entendida como “português-padrão” é somente outra forma de se falar o Português. Para o jovem falante de Língua Portuguesa, favorecerá seu entendimento sobre preconceito linguístico e colaborará com uma postura combativa diante dessa violência praticada em âmbito social com aqueles de camadas populares menos favorecidas que não dominam a norma culta. Metodologicamente, este estudo é de caráter qualitativo e bibliográfico. Para o embasamento teórico, no tocante à variação linguística, usaram-se as obras de BAGNO (2006 e 2011). Para as questões acerca do letramento, leu-se SOARES (2006) e, no que compete à relação entre escrita e oralidade, MARCUSCHI (2001).

Palavras-chave: Ensino, Letramento, Variação Linguística, Preconceito Linguístico.

INTRODUÇÃO

¹ Acadêmica de Letras Português na Universidade Estadual do Piauí – Campus Parnaíba, francyellemcarneiro@aluno.uespi.br

² Acadêmico de Letras Português e bolsista do programa Residência Pedagógica na Universidade Estadual do Piauí – Campus Parnaíba, guilhermeabrito@aluno.uespi.br

³ Professora Assistente II da UESPI – Campus Parnaíba. Doutoranda em Semiótica e Linguística Geral do PPG Ling-USP, Shenna.rocha@phb.uespi.br

A gramática surgiu com o intuito de preservar a fala, as variações e os padrões espontâneos da mesma (BAGNO, 2011). Ao longo dos anos, no entanto, o sistema incorporou um caráter prescritivo e normativo, distanciando-se gradativamente do seu objetivo inicial. Dessa forma, ocorreu uma subversão e a gramática, que antes referenciava-se na fala, passa a ser referência. Assim, “falar bem” começou a ser entendido como sinônimo de “dominar o código escrito” e, mais ainda, conseguir transparecer esse conhecimento gramatical na fala. No Brasil, graças a acentuada disparidade econômica entre as classes, o poder conferido a quem construía um discurso alinhado às exigências ortográficas, aumentou. Pois, quem tinha acesso à educação no país eram pessoas de classes sociais mais favorecidas, a elite. Portanto, a variedade que elas compartilhavam e aprendiam ficou estabelecida como a “norma-padrão”.

Logo, usar a ortografia como parâmetro para “falar bem” ou “falar mal” normalizou-se. As pessoas começaram acreditar que, ou falavam errado, ou não sabiam a língua materna. Paralelamente a isso, as classes mais favorecidas aumentavam seu ego e seu poder sob as desprivilegiadas. Com isso, o preconceito linguístico já se evidenciava e o mito chamado por Bagno (2007) de “Mito da língua única”, fomentou-se.

Falantes da língua não pertencentes ao eixo Rio-São Paulo também foram estigmatizados e inferiorizados. Como a “cidade de pedra” e “cidade maravilhosa” representava maior parte do desenvolvimento e da economia, os dialetos e formas de falar da sua elite se propagaram como os mais elegantes e corretos, tornando-se, dessa forma, símbolo de poder. Ao passo que, falares como o nordestino se tornou motivo de piada e sátira. Consequência direta do preconceito contra a pobreza, a fome e a seca sofrida por parte da população do nordeste e que eram estampadas pelas grandes mídias.

Não só as dinâmicas socioeconômicas se estabeleceram e moldaram-se a partir do poder que o “bom uso” da língua assumiu, mas também o ensino de Língua Portuguesa (LP). O ensinar LP, então, por muito tempo, supervalorizou a aprendizagem voltada para as estruturas, as formas, em defasagem dos variados outros aspectos linguísticos e textuais que tinham potencialidade para serem explorados. Isso também afetou o ensino de leitura, por exemplo. Antes, ele desenvolvia-se de uma maneira “reduzora”, ou ainda, “simplista” (SILVA, 1999) e somente a partir das décadas de 70 e 80 (SILVA, 2013) que o texto e suas possibilidades começaram a ser enxergados para além do gramatical.

O ensino de Língua Portuguesa ainda carrega consigo mazelas advindas desse apego exacerbado ao aspecto ortográfico e suas regras, sobretudo, no tocante às abordagens

linguísticas. E, embora os atuais avanços nesse quesito, Carolina Alves Fonseca e Alice Queiroz Frascaroli comentam que “Segundo nossa experiência docente em diferentes escolas, na realidade da aula de LP, o tratamento da forma ainda é muito mais presente do que o tratamento dos processos de construção do significado.” (2020, p. 39). Essa afirmativa comprova a ideia de que, fala-se atualmente, de forma ampla e incisiva, sobre a necessidade de um ensino de LP que se desvincule mais da gramática, mas, na prática, observa-se o contrário.

É ao perceber essa problemática que o presente trabalho surge. Propor-se-á a utilização do filme “Narradores de Javé” (2004), dirigido por Eliane Caffé, para viabilizar discussões, sobretudo, que consistem na relação entre fala e escrita, a variedade presente na língua e o preconceito linguístico. A narrativa conta a história de Javé, comunidade nordestina que, vendo suas terras ameaçadas, tentam transformar a sua história, até então, construída somente no oral, em escrita. Com a maioria de seus habitantes analfabetos, os moradores de Javé recorrem ao carteiro exilado chamado Antônio Biá, interpretado por José Dumont. Por meio disso, o filme exemplifica a relação de poder entre o dominante do código e o não dominante, além de suscitar o debate sobre os limites da fala e da escrita.

Também, ao exibir em sala de aula esse filme, torna-se viável a discussão sobre como a língua portuguesa é variada, permitindo que o aluno desmonte a ideia historicamente enraizada de que só existe uma forma de falar o português. Esse pensamento de desconstrução da unicidade do português é corroborado pela personagem Irene, do livro “A Língua de Eulália”, pois, segundo ela “(...) aquilo que a gente chama, por comodidade, de português, não é um bloco compacto, sólido e firme, mas sim um conjunto de “coisas” aparentadas entre si, mas com algumas diferenças. Essas “coisas” são chamadas variedades.” (BAGNO, 2006, p. 19).

DESENVOLVIMENTO

Como referido, “Narradores de Javé” (2004) é uma obra audiovisual cinematográfica que tem o seu enfoque no analfabetismo de um povo. Na trama, a total extinção do vilarejo é veiculada ao fato de não ter uma história documentada, sendo, portanto, considerada uma terra de ninguém. Assim, uma grande corporação instala uma hidrelétrica em suas proximidades que, ao funcionar, inundaria a comunidade. Por não ter registro documental nenhum os habitantes de Javé viram-se sem opção legal para reivindicar suas terras. Não

aceitando o abandono de seu lar, os residentes da comunidade lutaram avidamente pela permanência em Javé até o vilarejo ser inundado.

A narrativa traz consigo possíveis desdobramentos que possibilitam uma abordagem sociolinguística em sala de aula. Visto a necessidade de se combater o preconceito linguístico e a urgência em ampliar o ensino de língua portuguesa para além da gramática, elencar-se-á alguns tópicos que podem ser trabalhados a partir das temáticas que Narradores de Javé traz consigo. Portanto, um dos primeiros questionamentos norteadores para a reflexão é: “ensinar a língua portuguesa é simplesmente direcionar o aprendizado para as regras gramaticais ou é também validar todas as formas de manifestação da língua, sendo elas escritas ou não?”

2.1 Linguística e o ensino tradicional

O ensino tradicional efetua uma estagnação no tempo ocasionando o apagamento das históricas contribuições científicas e sociais, sobretudo, no tocante à língua. O que permite a permanência da Gramática Tradicional como objeto principal de estudo (BAGNO, 2007). Os alunos, por sua vez, tendem a reconhecer como válido somente os letramentos mais acadêmicos, as falas alinhadas à norma. Segundo Bagno,

O ensino da língua ainda é feito com base em dogmas, preceitos e regras que nada têm de científico – e esse é o seu maior defeito. Fomos habituados a aprender e a ensinar português como se a língua fosse uma coisa imóvel, pronta, acabada, estática, sem nenhuma possibilidade de mudança, variação, transformação. Essa é a atitude dos *gramáticos tradicionalistas*, exatamente oposta à dos *linguistas*, que são os cientistas da linguagem. (2012, p. 65, grifos do autor)

É preciso, portanto, que o ensino atue no desmonte dos conceitos que fazem o estudante não reconhecer as outras muitas formas de letramento. Antes, é importante ter em mente as diferenças primordiais entre alfabetização e ensino. O letramento, contudo, é o termo elaborado e reconhecido somente há poucas décadas, pois

(...) é em meados dos anos de 1980 que se dá, simultaneamente, a invenção do letramento no Brasil, do illetrisme, na França, da literacia, em Portugal, para nomear fenômenos distintos daquele denominado alfabetização, alphabétisation. (SOARES, 2004, p. 6)

Entendendo isso, pode-se afirmar que letramento é uma forma de aplicação dos códigos adquiridos, por exemplo, na alfabetização. Ainda consoante Soares, têm-se o entendimento sobre o ser letrado como

Um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que

sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita (2006, p. 40).

Não obstante, a ideia de ser letrado, perpassa esses limites, não se atem somente à aplicação do escrito. Ele observa o uso da língua, dos conhecimentos como o tecnológico, em todas as suas vertentes de comunicação. Portanto, não há razão para a limitação do uso de uma linguagem para apenas regras gramaticais e ortográficas. No entanto,

(...) por um lado, é necessário reconhecer que alfabetização – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais: distinguem-se tanto em relação aos objetos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem e, portanto, também de ensino desses diferentes objetos (SOARES, 2004, p. 97).

No ensino da língua portuguesa, portanto, deve-se sempre salientar a não existência de uma forma única de expressão. Para tanto, o professor de língua portuguesa precisa, necessariamente, absorver cada parte desse tradicionalismo e aplicá-lo em doses corretas ao transferir aos seus discentes, uma vez que deve sempre recorrer ao respeito de suas origens, como uma forma de agir sem ameaçar suas tradições e costumes.

O filme aqui proposto ajuda a figurar essa necessidade de se reconhecer as outras tantas formas de letramento como válidas. Em *Narradores de Javé*, os habitantes, em sua maioria, por não serem nem alfabetizados e letrados, acabam inferiorizando suas outras muitas inteligências. Saber cuidar da terra, manusear corretamente plantas medicinais, se orientar pelo sol, são uma das muitas habilidades que pessoas não letradas e alfabetizadas de localidades rurais como Javé, dominam.

Por isso, para o povo de Javé o uso da língua escrita consistia em algo inalcançável e, quem a detinha, era considerado superior. Para eles, o escrito, não passava disso: códigos! Mas, será que sendo eles tão desconhedores da língua escrita e tão ignorantes da língua culta falada, estariam tão errados assim?

Para o gramático, o certo é o certo e acabou, ponto final. Tudo o que escapa desse conceito de certo (ou tudo o que escapa da cama de Procusto!) é considerado “errado”, “feio”, “estropiado”, “corrupto”, “viciado” etc. É assim se instala um terrível *preconceito linguístico* na maneira de ensinar português. (BAGNO, 2012, p. 65, grifos do autor)

Em vista disso, o professor pode, através do filme, mostrar os efeitos negativos que a hipervalorização do escrito pode acarretar. Assim, considerar o domínio do código e suas aplicações como únicas importantes e essenciais, pode não só afetar a autoestima de toda uma comunidade como em Javé, mas também, não é uma atitude correta.

2.2 Fala *versus* escrita

A obra cinematográfica abrange outro importante ponto: a relação entre cultura falada e escrita. A crença que, muitas vezes, a língua falada é a mesma que a escrita é perpetuada, até os dias atuais, pelo ensino redutor da língua portuguesa, aqui já comentada. Sobre isso, Marcuschi comenta que

Quando se olha para a escrita tem-se a impressão de que se está contemplando algo naturalmente claro e definido. Tudo se passa como se ao nos referirmos à escrita estivessemos apontando para um fenômeno se não homogêneo, pelo menos bastante estável e com pouca variação. O contrário ocorre com a consciência espontânea que se desenvolveu a respeito da fala. Esta se apresenta como variada e, curiosamente, não nos vem à mente em primeira mão a fala padrão. E o caso de dizer que fala e escrita são intuitivamente construídas como tipos ideais concebidos com princípios opostos e que não correspondem a realidade alguma, a menos que identifiquemos um fenômeno que as realize (sic). (2001, p. 37)

Entendido isso, é possível afirmar que entre fala e escrita existe um abismo. As vezes mais raso, outrora mais fundo, mas a verdade é que a fala nunca vai conseguir exprimir, em sua totalidade, as potências discursivas do oral. Consoante Santos, percebemos isso, pois

No texto oral, deve-se considerar não a oralidade, mas a vocalidade, isso porque é a voz manifestada pelo corpo, que adquire uma performance diferente em cada situação que o texto é proferido, por essa razão, deve ser entendido em seu valor corporal (2015, p. 67)

Essa situação é muito bem representada na obra aqui utilizada quando os moradores, ao terem suas falas transcritas por Antônio Biá, com o objetivo de compila-las e montar um registro documental de sua terra, pedem que sejam retratadas exatamente como proferidas. Nesse instante, o escritor diz que, escrita não se faz assim, precisa-se de tempo para reajustar, incrementar e rebuscar o oralmente dito. Os moradores ficam irritados, crendo que, a escrita tem a função de representar, literalmente, as produções orais.

Essa indignação pela postura de Biá no filme propicia o levantamento de discussão em sala de aula sobre os limites entre fala e escrita. Aqui, os alunos poderão perceber que a fala não é o oral, e, por conseguinte, o oral não é o escrito. A inserção do debate sobre os limites no tocante à representação da escrita aponta o que já fora discutido:

assim como ao escrever algo nascido do oral, perde-se a vocalidade, os gestos, as pausas, é salutar flexibilizar o trato com a fala. Entender que a aplicação das regras gramaticais sobre as falas é uma atitude errada.

2.3 Quem escreve e quem não escreve

A relação entre domínio da escrita e o não domínio não só expõe a desvalorização das outras formas de letramento e as distâncias entre o falado e o redigido. Outro ponto que se pode elencar é que, o conhecimento e a destreza no uso das palavras, em sua transformação em símbolos escritos, denuncia a intrínseca relação entre língua e poder. Assim, quem escreve domina quem não escreve.

Com a autoestima baixa e a desvalorização de seus conhecimentos, os moradores de Javé ficam dependentes das habilidades de Biá. Ele é visto, por conseguinte, como um salvador da comunidade uma vez que seria o único entre os residentes capaz de escrever a história do vilarejo. Assim, o morador, só por ter o letramento acadêmico, o controle sobre a escrita exerce poder sobre os outros que não têm esse tipo de conhecimento já que “o acesso à escolarização formal acompanha a péssima distribuição da riqueza nacional.” (BAGNO, 2006, p. 163).

Esse momento viabilizará, para o contexto de sala de aula, a discussão sobre a língua enquanto instrumento de domínio social já que Bagno afirma que a “(...) tradição que atribui ao domínio da escrita um elemento de distinção social, que é na verdade um elemento de dominação por parte dos letrados sobre os iletrados.” (2007, p. 133). Permitir-se-á, portanto, que os alunos atentem para como existe preconceito linguístico e que a língua e a propagação da variação falada por aqueles que ocupam cargos sociais altos, como norma culta, existe e deve ser combatido.

2.4 Os dialetos nordestinos e o preconceito linguístico

Preconceito linguístico, assim como qualquer outro tipo de preconceito é uma forma de violência. A fala transmite as histórias de lutas, de dores, de amores, vidas e estilos e reprimi-la é acabar com tudo o que torna um povo vivo e existente. Não é desejar que se torne o errado certo para agradar ou não desagradar, mas as variantes das falas, mesmo quando desconectadas do modo gramaticalmente correto é uma forma de riqueza de um povo. Nesse sentido, para Perini (2005):

Não existe, simplesmente, uma variedade “certa”. Cada situação de comunicação (ensaio científico, peça teatral, conversa de botequim, discurso de formatura, pedido de informações na rua etc.) impõe uma variedade própria, que é a “certa” naquela situação (p. 25).

É injusto então que o processo de vivência de um povo seja esquecido, apagado, ignorado pelos códigos e regras que excluem aqueles que não têm seu conhecimento em suas vivências normativas, mas que o sabem, porém, de forma mais natural.

Assim, deve-se destacar a fluidez da língua portuguesa, sobretudo, no oral. Em vista disso, quando dentro do contexto, espaço, situação e dos falantes, as construções orais que não se alinham ao gramatical são aceitáveis. Como mencionado há pouco, existe fluidez e esse caráter variável deve ser levado em conta. Então, deve-se pensar a língua como algo que deveria ter uma única forma e sentido? No filme *Narradores de Javé*, quando a população sofre com o ultimato irrevogável de escrever a sua importante história e, assim, salvar o seu povoado provando a sua relevância, o embate que surge é o analfabetismo de todos.

A fala dos moradores é caracteristicamente nordestina, figurando uma das formas variáveis do português falado no Brasil. Atréadas ao sotaque e a alguns estereótipos propagados pela mídia, como a pobreza, a forma dos residentes se comunicarem também pode ser estudada. Espera-se suscitar a discussão acerca dos preconceitos destinados a essas pessoas que, em seus discursos, expressam suas origens.

Embora, como referido, muitos estereótipos sejam representados na produção cinematográfica, é válido fazer os alunos refletirem sobre a existência desses estigmas e a razão geradora deles. Intenta-se que os estudantes deduzam que isso é responsabilidade do preconceito linguístico destinado ao nordeste.

Por conseguinte, Para Perini (2005), é interessante “(...) deixar bem claro que nem o padrão nem, principalmente, o coloquial são totalmente homogêneos. Existe uma imensa gama de variedades de língua, que vão desde as mais informais até as mais formais e estereotipadas” (p.24). Portanto, aceitar de bom grado as variações linguísticas não é somente uma questão de conhecimento da língua, mas também de bom senso.

Dentre as variações que o professor Perini cita, pode-se atribuir os dialetos. Trazendo para esta fala a especificidade do “dialeto nordestino”, haja vista, que está se permeando a obra “*Narradores de Javé*”, é necessário lembrar, como destacado anteriormente, o quão estereotipado e vítimas de preconceito linguístico são aqueles que se aventuram a assumir a

naturalidade de seus sotaques, expressões dialéticas e neologismos atribuídos ao povo nordestino do Brasil. Abre-se, nesse momento, a oportunidade também para discorrer sobre as outras formas de variedade. A social, a histórica, viabilizando comentar sobre o massacrante dilema vivido por pessoas, por exemplo, de classes menos abastadas.

Reitera-se que, dessa forma, o preconceito, em todas as suas formas, e nesse caso, sobretudo o linguístico, que deve ser combatido pelos professores de língua portuguesa dentro das salas de aula. Afinal, a história de uma sociedade, de um povo, não pode ser apagada, “inundada” somente pela não compreensão de um código tão elitizado quanto é a gramática da língua portuguesa! Nesse momento, fala-se das censuras e violências na língua sofridas no tocante ao social. É nessa direção que o professor ganha a abertura para falar das outras formas de variação da língua portuguesa.

CONCLUSÃO

Ao refletir sobre o ensino da língua portuguesa em sala de aula, é natural que haja alguns entraves, visto que a pluralidade da turma deve ser respeitada em suas particularidades. Pode soar paradoxo os termos “pluralidade” e “particularidades” serem complementares neste contexto, mas é exatamente isso que deve ser feito: os educandos possuem suas próprias histórias e isso deve ser respeitado, e o docente tem um conjunto diverso de pequenos “mundos” para trabalhar. Pois,

Por conseguinte, o significado linguístico e o conhecimento de mundo encontram-se interligados, sendo a linguagem um meio de interpretar e construir o mundo, de organizar conhecimentos, que refletem as necessidades, os interesses e as experiências dos indivíduos e das suas culturas. (FRASCAROLI & FONSECA, 2020, p. 42)

Logo, com tudo que fora exposto, fica evidente o quão salutar é o uso da obra *Narradores de Javé* para viabilizar essas discussões de letramento, sobretudo, no tocante às competências linguísticas do ensino de língua portuguesa. É esperado, também, que com essas discussões em sala de aula, o aluno perca a crença de que “o português é difícil”.

Afinal, para Bagno (2012):

A noção absurda de que o “português é difícil” é irmã gêmea de outra bobagem que outro brasileiro vive tanto repetindo: “Eu não sei português”. A pessoa que consegue produzir a frase “Eu não sei português” está mentindo, pois se não soubesse português não teria conseguido pronunciá-la. O que ela não sabe, não consegue aprender, é o caótico conjunto de regras,

definições, conceitos e fórmulas que compõem o ensino tradicional da gramática e que, ao fim e ao cabo, mesmo para os poucos iluminados que conseguem aprendê-los, não têm utilidade nenhuma (p. 80-81).

Saber o português não é, portanto, e longe de sê-lo, um trajeto árduo e maçante, mas é o prazer de se comunicar com aqueles que, porventura, cruzem os caminhos daqueles que podem interagir com a língua falada, e até escrita! Não significando, afinal, que para se “saber o português” é necessário que a gramática toda discorra pela ponta da língua ou dos dedos de quem fala e/ou escreve. A comunicação e as relações sociais, nesse entendimento, devem sempre prevalecer.

ABSTRACT

The present work proposes a didactic analysis of the “Narradores de Javé” (2004) film, directed by Eliane Caffé, with the purpose of its future application in high school classes. Thus, it is proposed to approach literacy issues in the teaching of Portuguese language based on exhibition, reading and discussion of that cinematographic work. In this sense, issues such as appreciation of writing, its social and cultural role, linguistic variation when it comes to geographic and social aspects, in addition to the devaluation of some forms of literacy at the expense of others are relevant because Portuguese speakers can build an identity supported by the self-valuation of language’s variants and respect for linguistic diversity, taking into consideration that they will be aware that the various forms of expression in a language reveal its richness. Thus, students can contribute to the reduction of linguistic prejudice, since most schools prioritize the teaching of grammar in a normative and prescriptive perspective, without taking the variable character of the Portuguese language into account. In this perspective, it is believed that inserting the proposed discussion based on the film will add conditions for the student to understand their own way of speaking and expressing themselves, as well as the social environment in which they are inserted, in addition to make them recognize other ways of literacy and knowledge, not validating only one as scientific and academic knowledge. It is also expected debates on the relation of mastery of writing speaking skills because it is considered important to be aware of linguistic variation, the elitism of writing in Brazil, and how the variant known as “standard Portuguese” is just another form of speaking the language. For young Portuguese speakers, it will favor their understanding on linguistic prejudice and collaborate with a combative posture in the face of this violence practiced in the social sphere against less favored people who do not dominate the “standard Portuguese” norm. This is a bibliographic research with a qualitative approach based on researchers such as Bagno (2006, 2011), who discusses linguistic variation; Soares (2006), who approaches issues about literacy; and Marcuschi (2001), in turn, who considers relations between writing and orality.

Keywords: Teaching, Literacy, Linguistic Variation, Linguistic Prejudice.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. Segunda Parte. In: **Pesquisa na escola: o que é, como se faz.** 25. ed. São Paulo: Loyola, 2012. cap. O fantasma de procusto, p. 65-90.

_____. **A Língua de Eulália:** novela sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2006.

PERINI, Mário A. Primeira Parte. In: Preliminares. **Gramática descritiva do português.** 8. ed. São Paulo: Ática, 2005. cap. Introdução, p. 21-34.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos**. Pátio: Revista Pedagógica, São Paulo, p. 96-100, 29 fev. 2004. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SANTOS, Silvana Maria Lima. **ORALIDADE E MEMÓRIA: a voz da fazenda de Paulicéia**. UESPI, 2015.

MARCUSCHI, Luíz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FONSECA, Carolina Alves; FRASCAROL, Alice Queiroz. Por uma aula de LP com mais sentido - contribuições da Linguística Sociocognitiva. In: SAMPAIO, Thais Fernandes. SANTOS, Davidson dos. (Orgs.) **Com a palavra, o professor de Português**. São Paulo: Pontes Editores, 2020, p. 37-52.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Concepções de leitura e suas conseqüências no ensino. **Perspectiva**, Florianópolis, v.17, n. 31, p. 11-19, jan./jun, 1999.

SILVA, Sílvio Profírio da. Concepções de Linguagem e fazer docente: um olhar sobre as práticas pedagógicas do ensino da leitura. **Revista Urutágua**, Paraná, n. 28, p. 39-53, maio./out, 2013.

COSTA, Professor Mem. Narradores de Javé FILME. **Youtube**, 21 abr. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Trm-CyihYs8>>. Acesso em: 19 ago. 2021.